

Ótimo. Mas a inflação vai voltar

Para o PMDB-1

Feijão a CZ\$ 40 o quilo, um pão de forma a CZ\$ 40, um saco de cinco quilos de arroz a CZ\$ 90, uma lata de óleo a CZ\$ 30, um litro de leite a CZ\$ 23, um quilo de batatas a CZ\$ 18. Como as faixas de ganhos mais baixos estão vivendo? Uma boa resposta pode ser encontrada em uma cena real da semana passada: aproveitando o encalhe de uma supersafra de repolho, uma cadeia de supermercados paulista passou a vender o produto a preço promocional, de CZ\$ 3,60 o quilo. Na fila de espera a caixa registradora, uma mulher pobre, mas não miserável, espera a sua vez. No carrinho, quatro repolhos. Só. Ainda bem que o novo programa Bresser prevê a duplicação do salário mínimo no curto prazo de quatro anos. Se houver nova supersafra, essa mulher poderá comprar oito repolhos e não quatro. E regalar-se com tanta comida.

Para o PMDB-2

Qual foi o economista que, em artigo publicado há uns dois anos por um jornalista paulista, afirmava que era preciso que a Nova República desse prioridade à modernização da indústria brasileira, para que ela exportasse mais e dizia que os 40 milhões de brasileiros marginalizados, famintos, haviam esperado até agora e poderiam esperar mais uma ou duas décadas pela solução dos problemas sociais?

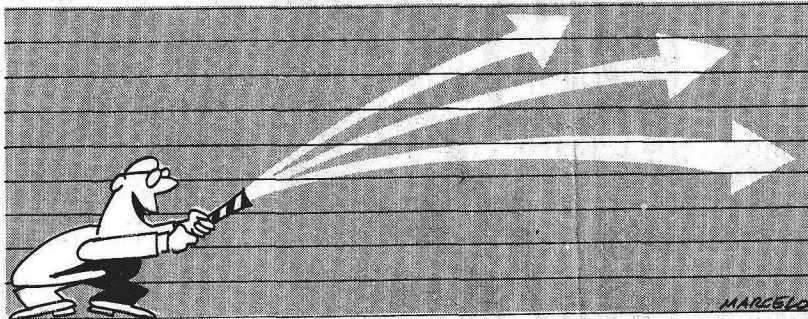
Bancos fechados

Um dado importante, em meio às estatísticas sobre a política monetária de junho, divulgadas pelo Governo: os bancos privados devolveram CZ\$ 15 bilhões ao Banco Central, correspondentes a linhas especiais que o Governo lhes havia concedido, para empréstimos às empresas. Como as empresas brigavam desesperadamente por crédito no mês passado, o dinheiro não sobrou por falta de pretendentes. Os bancos é que não se interessaram em emprestá-los.

Recomeça o foguetório. Primeiro, o comércio confirmou que as vendas reagiram, já a partir da última semana de junho. Depois, na última quinta-feira, a indústria paulista, através de sua entidade representativa, a Fiesp, anuncia que as encomendas às fábricas, após meses de pasmaceira, começam a crescer novamente, levando as empresas a interromperem as demissões e a pensarem em iniciar a recontração de funcionários demitidos em junho. Para coarar tudo isso, surge a notícia de que a balança comercial (exportações menos importações) alcançou um saldo recorde de junho, quase na faixa de US\$ 1,4 bilhão, o segundo maior saldo positivo na história do País. O pessimismo generalizado, que massacrava a opinião pública brasileira há poucas semanas, vai sendo rapidamente substituído por expectativas mais otimistas, principalmente por parte da classe empresarial (o consumidor ainda não consegue entusiasmar-se com as transformações ocorridas, pelo puro e bom motivo de que continua absolutamente escandalizado com o nível dos preços que está sendo obrigado a pagar por todo o tipo de produtos, de alimentos a industrializados). A pátria está salva, novamente? Não. Há o risco de o Brasil mergulhar novamente em um período inflacionário, não por causa do final do congelamento, dentro de algumas semanas, mas porque Brasília continua fazendo força para não enxergar as causas reais da explosão de preços no País. Em poucas palavras, as elites brasileiras não conseguem extrair lições de fenômenos que se repetem exaustivamente, como é o caso das periódicas "disparadas inflacionárias", seguidas de periódicos movimentos de retração dos negócios e ameaça de recessão. No debate econômico brasileiro, surgem sempre explicações velhas para esse problemas e, por isso, a partir desse diagnósticos repetitivos, adota-se, também, tentativas de solução antigas para eles — encaminhando-se para novo fracasso. O programa econômico de longo prazo que o Minis-

tério da Fazenda preparou e deve ser aprovado pelo Presidente da República, neste começo de semana, não foge a essa regra e, portanto, apresenta os mesmos riscos de eternização de problemas.

Para combater a inflação, o novo programa prevê que os salários não deverão subir no País, a não ser uma pequena parcela (coisa de 5% ao ano) correspondente a aumentos de produtividade, isto é, a aumentos no volume (ou valor) da produção obtido pelas empresas sem igual avanço no uso de mão-de-obra. Por uma questão política, para não desagradar as elites e a classe média, o programa diz, ainda, que haverá melhor distribuição da renda sem prejudicar ninguém, isto é, os salários ou rendi-



mentos mais baixos deverão subir mais rapidamente que os salários e rendimentos mais altos, sem que estes sejam rebaixados (o projeto diz, em **economês**, que nenhuma classe de renda deverá perder o poder aquisitivo, em termos absolutos). Finalmente, outra diretriz básica do novo programa Bresser é evitar que os salários subam, não apenas para evitar a inflação, como também para evitar as exportações encareçam em demasia, prejudicando a obtenção de saldos positivos na balança comercial (exportações menos importações). Em conclusão: o novo programa do Governo tem, em síntese, a mesma visão que a República Velha ostentava em relação à origem dos problemas brasileiros: é impossível aumentar os salários sem provocar inflação e sem prejudicar o saldo da balança comercial. Ora, quem tem olhos para ver a realidade, extraiu algumas lições da explosão da demanda, em 1986: ela nasceu, basicamente, da

própria queda da inflação, que levou a população a sacar magicamente suas poupanças (por causa do fim da correção monetária) e a correr para as compras. Até aqui, a interpretação tem sido aceita. Falta, porém, aprofundá-la, com uma pergunta complementar: quem tinha poupança para correr para a compra de carros, eletrodomésticos sofisticados, roupas idem, carne com ágio? É evidente que a corrida começou a partir de um segmento proporcionalmente pequeno da população, as elites, e a parcela melhor situada da classe média (não se pode esquecer que, nesta faixa, a renda familiar acaba sendo proporcionalmente elevada, levando-se em conta a soma dos rendimentos de pais e filhos). É evidente que, por

mais que Brasília teorize, o mesmo fenômeno tende a ocorrer este ano, daqui a poucas semanas ou dias, tão logo as expectativas mais otimistas se generalizem: haverá nova corrida às compras, pelos mesmos motivos de 1986, a saber, expectativa de suspensão do congelamento (e consequentemente elevação de preços, inclusive com o final dos descontos) e a remuneração cada vez menor para os investimentos como cadernetas de poupança, deflagrada a corrida às compras, haverá, um processo de bola de neve, aceleração nas recontrações, pressões para o aumento de salários, reajustes de preços por parte das empresas: inflação, em resumo moral da história. E a própria concentração da renda, no País, que alimenta os ciclos inflacionários periódicos, porque há uma faixa da população sempre disposta (e capaz) de absolver os aumentos de preços, por mais abusivos que sejam. Brasília estaria evitando recaídas inflacionárias, se o novo programa Bresser tivesse *propostas de nova política salarial*, visando à redistribuição da renda. Mas Brasília se dá ao luxo de ficar discutindo anos a fio, e outros, se deve mesmo reajustar o salário mínimo ou o valor miserável das aposentadorias. Assim, não se rompe o círculo vicioso.